



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE ENSINO E CURRÍCULO

ALANA LÍVIA SILVA DE OLIVEIRA

SOCIOEDUCAÇÃO E SABERES DOCENTES:
“A MISSÃO É RECUPERAR, COOPERAR E EMPODERAR”

RECIFE,
2025

**SOCIOEDUCAÇÃO E SABERES DOCENTES: A MISSÃO É RECUPERAR,
COOPERAR E EMPODERAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para
obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: 26/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Mendes Salles (Orientador)

Prof. Dr. Luiz Gustavo Mendel Souza (Avaliador Externo)

Prof. Dr. Rejane Dias da Silva (Avaliadora Interna)

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Alana Livia Silva de.

SOCIOEDUCAÇÃO E SABERES DOCENTES: A missão é recuperar, cooperar e empoderar / Alana Livia Silva de Oliveira. - Recife, 2025.

22 p.

Orientador(a): André Mendes Salles

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Socioeducação. 2. Sistema socioeducativo. 3. Concepção pedagógica . I. Salles, André Mendes. (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, a todos que, de alguma forma, foram luz e presença na construção deste trabalho. Em especial, ao professor André Salles, cuja paciência e dedicação foram bússolas firmes nos momentos de incerteza. Suas palavras e orientações foram como vento a favor das velas dessa travessia. Aos professores que, ao longo da jornada, plantaram em mim ideias, dúvidas e inspirações. Com cada aula, cada olhar atento e palavra firme, ajudaram a firmar meus passos e a moldar a educadora que me tornei. Foi com vocês que aprendi a pisar com mais segurança, tanto no chão concreto da sala de aula quanto nos caminhos incertos da vida.

À minha mãe, Andréa Oliveira, que foi o sopro inicial do encantamento que me guiou pelos caminhos da educação. Foi ela, presença firme e coração acolhedor, a fortaleza onde minhas lágrimas encontraram abrigo e minha alma, reencontro com a força. Ao meu pai, Luis Junior, que enxergou em mim um potencial sereno e grandioso, e fez questão de lembrá-lo sempre que precisei. Seu orgulho pelas minhas conquistas foi alimento para minha coragem e alicerce que me sustentou nas horas de dúvida.

Às minhas avós, Maria Monteiro e Doralice Francisca, que, mesmo em tempos difíceis, souberam semear esperança onde pouco florescia. Com gestos simples e corações gigantes, tornaram fértil o que era árido, permitindo que sonhos ganhassem raiz e brotassem com força. Ao meu avô Luiz Soares, abrigo de ternura e afeto. Ao meu irmão Breno, cúmplice inabalável das dores e delícias que moldaram minha jornada. Aos meus tios Leandro e Sandro, às minhas tias Janaína e Geizy, e aos meus primos Maria Clara, Mariana e Kauê, que encheram meus dias de alegria e coragem para encarar o novo.

Ao meu namorado Ruan Carlos, companheiro de alma, que celebrou comigo as vitórias e dividiu as lágrimas das derrotas, provando que o amor é o alicerce mais forte de todos os sonhos.

Aos meus amigos Myllena Gomes, Shayanne Sayury, Ana Eduarda, Joanna Letycia, Valdir Júnior, Rayanne Correia, Maria Clara Izidio, Júlia Laís, Maria Clara Pinheiro, Paloma Mirelly, Débora Lopes, Deyvide Silva, Caio Rodrigo, Shirley Vitória e Rodrigo Bezerra que foram verdadeiros *oásis nas piores fases* (EMICIDA, *Quem tem um amigo, tem tudo*).

Por último, agradeço aos meus filhos de quatro patas — Alvin, o cão de olhar doce; Tom, o gato de passos silenciosos; e Gaya, a pequena tartaruga serena — por encherem meus dias de ternura e transformarem cada chegada em um reencontro de amor e alegria.

Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Obrigada.

SOCIOEDUCAÇÃO E SABERES DOCENTES:
“A MISSÃO É RECUPERAR, COOPERAR E EMPODERAR”

Alana Livia Silva de Oliveira¹
André Mendes Salles²

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal analisar as concepções pedagógicas de profissionais da educação que atuam em uma escola-anexo no município de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, com estudantes que estão inseridos no sistema socioeducativo, refletindo nesse processo sobre o papel da escolarização na reintegração dos jovens em situação de privação de liberdade. Partindo do pressuposto de que as práticas e concepções pedagógicas dos docentes não são neutras e refletem a trajetória de cada profissional, o artigo visa compreender as concepções que orientam o trabalho educativo desses docentes no contexto do sistema socioeducativo.

1 Concluinte do curso de Licenciatura em Pedagogia - Centro de Educação - Universidade Federal de Pernambuco - alana.livia@ufpe.br

2 Professor Adjunto do Departamento de Ensino e Currículo - Centro de Educação - UFPE - andre.salles@ufpe.br

PALAVRAS-CHAVE: Socioeducação; sistema socioeducativo; concepção pedagógica.

ABSTRACT:

The main objective of this research is to analyze the pedagogical concepts of education professionals working at an annex school in the municipality of Vitória de Santo Antão, Pernambuco, with students enrolled in the socioeducational system. The study reflects on the role of schooling in the reintegration of young people in situations of deprivation of liberty. Based on the assumption that the practices and pedagogical concepts of teachers are not neutral and reflect each professional's personal trajectory, the article aims to understand the concepts that guide the educational work of these teachers within the context of the socioeducational system.

KEYWORDS: Socioeducation; socio-educational system; pedagogical conception.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar a situação do sistema socioeducativo no Brasil percebemos que muito se discute a temática nas áreas de assistência social e psicologia. A educação está então isenta de discutir seu papel na socioeducação? Se não, onde, como e a partir de qual viés ideológico se discute a educação nesse sistema? Como a prática docente³ tem corroborado para o cumprimento do sistema socioeducativo enquanto instância de reintegração do jovem à sociedade? Esses são os questionamentos centrais que norteiam este trabalho.

Vários autores ao longo dos anos se propuseram a discutir o conceito de educação perpassando por diversas concepções e vertentes, mas é comum entre os pensadores entender esse conceito como segundo De Oliveira Cunha e Dazzani (2018, p. 72, apud CALIMAN, 2010) um processo de formação humana. Com o tempo, esse processo se diversificou, e hoje reconhecemos uma ampla gama de processos educativos que acontecem nos mais variados contextos e espaços. Entre esses processos, os mais comumente discutidos e conhecidos são a educação informal, que atua durante toda a vida do indivíduo nos mais variados espaços sociais de maneira não sistematizada, mas espontânea; e a educação formal, que

³ A prática educativa refere-se tanto às metodologias de ensino adotadas pelo professor quanto às interações informais que ocorrem entre o educador e o educando no ambiente escolar. Compreender a prática educativa envolve, necessariamente, entender a concepção pedagógica do docente, uma vez que cada abordagem reflete uma visão de mundo própria.

surge a partir da necessidade de uma ação educativa mais específica acerca dos conhecimentos necessários à vivência no mundo e é sistematizada através das políticas públicas de ensino.

A socioeducação começa a ser refletida nas discussões da pedagogia social que se iniciam no Brasil no século XX a partir de várias questões que surgem com o fim da primeira guerra e a intensificação dos processos de industrialização e globalização. Entre essas questões é possível destacar o escancaramento das desigualdades sociais, como a fome, a falta de moradia e o abandono parental. Esses sintomas favorecem o surgimento de um outro problema social que é a delinquência juvenil, os jovens infratores demandam do poder público uma intervenção que acontece como uma tentativa do Estado de recuperar a ordem social (De Oliveira Cunha; Dazzani. 2018).

É importante destacar que os conceitos de criança, adolescente e crime perpassam por diversas óticas ao longo dos anos. Durante o movimento iluminista, no século XVIII, por exemplo, a abordagem predominante em relação ao crime era a aplicação de punições que funcionavam tanto como forma de "compensação" ou "castigo" pelo delito cometido quanto como um "exemplo" para desencorajar outros membros da sociedade de cometerem infrações semelhantes. Naquele contexto, crianças e adolescentes eram tratados com indiferença no que se refere às medidas disciplinares. Não havia legislação específica voltada para essa faixa etária, resultando em uma ausência de diferenciação no estabelecimento das punições aplicadas. (De Oliveira Cunha; Dazzani. 2018)

Dessa forma, é importante entender a partir do exemplo dado que a criança e o adolescente nem sempre foram vistos como indivíduos em processo de aprendizagem acerca de si e do mundo, muitas vezes vistos como *mini-adultos* eles eram igualmente punidos pelos seus atos, sendo submetidos às mesmas punições. No século XX, em paralelo à discussão sobre a pedagogia social, surge o debate a respeito da criança e do adolescente. Emerge então, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente através da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que entre outros pressupostos estabelece que é considerado criança a pessoa de até 12 anos incompletos e adolescente a pessoa que possui entre 12 e 18 anos. Além desse importante marco, o ECA garante diversos direitos às crianças e adolescentes como o direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à liberdade, ao respeito e a dignidade

e descreve quais critérios devem ser utilizados pelas entidades competentes para corrigir ou disciplinar o jovem que comete ato infracional (ECA, 1990).

Posterior a isso, em 2012, emerge a lei 12.594 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), complementando o ECA, que regulamenta as medidas de execução aos adolescentes em conflito com a lei, além da estrutura necessária para as unidades responsáveis pela internação dos menores, dividindo a responsabilidade do cuidado dos jovens com municípios, Estados e União. A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) surge então, a partir das reformulações legais ocorridas no Brasil no tocante à socioeducação, passando pelas premissas da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC) e se reestruturando para a FUNASE em 2008.

Com base nas diversas concepções, teorias e práticas pedagógicas, reconhecendo que não existe neutralidade no campo educacional e que cada *fazer* educativo representa um modelo de sociedade, este estudo tem como objetivo analisar essas mesmas concepções dos professores das escolas públicas regulares do Estado de Pernambuco que atuam diretamente com adolescentes no sistema socioeducativo. O foco é compreender a percepção desses educadores sobre o papel e a importância de sua prática pedagógica na reintegração dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas⁴.

Apesar de os índices de socioeducandos e de jovens envolvidos em atos infracionais serem alarmantes, as discussões sobre essa temática continuam limitadas. Esse grupo significativo, constituído por adolescentes, é também vulnerável. Os dados que serão apresentados neste trabalho evidenciam que, desde o surgimento da problemática da delinquência juvenil no Brasil, o perfil desses adolescentes se mantém relativamente constante. Entretanto, as discussões nesse campo são frequentemente limitadas por teóricos e pesquisadores das áreas de assistência social e psicologia. Embora suas contribuições sejam significativas, há uma carência de consideração dos aspectos educacionais e pedagógicos fundamentais para a emancipação dos indivíduos.

De acordo com a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, nos últimos dez anos, entre 2014 e 2024, foram identificados apenas 52 trabalhos

4 Os diferentes termos empregados para descrever o grupo de jovens e adolescentes inseridos no sistema socioeducativo, embora variados, desempenham uma função comum: reconhecer as experiências vividas por esse grupo, visando evitar a marginalização e o estigma associados à sua situação.

acadêmicos que abordam a temática da socioeducação em seus títulos ou assuntos. Dentre esses, apenas 08 estão vinculados à área de conhecimento "Educação" conforme a classificação do CNPq.

Além disso, foi identificado 01 trabalho na área de "ensino-aprendizagem" e 01 na área de "fundamentos da educação". Dessa forma, a escolha deste tema justifica-se, em primeiro lugar, pela necessidade de aprofundar as discussões relacionadas à educação no sistema socioeducativo e sobretudo, a importância de compreender e analisar as concepções pedagógicas que fundamentam a prática educativa desses professores.

Além disso, ao reconhecer a multiplicidade de identidades que compõem minha trajetória, constato que a vulnerabilidade econômica e social sempre permeou minha existência. Essa realidade se manifesta tanto na vivência de meus amigos de infância quanto em minha experiência acadêmica, na qual frequentemente me vi ocupando um espaço historicamente negado a indivíduos com características semelhantes às minhas. Essa dinâmica gerou em mim uma série de conflitos internos, destacando-se, em minha perspectiva, quão ínfimo é o número de pessoas oriundas da *periferia* em espaços acadêmicos.

A resposta desse questionamento acredito ser complexa o suficiente para que justifique a minha escolha de não responder aqui, mas é importante ressaltar que essa resposta esbarra na realidade de muitos (senão todos) os jovens socioeducandos que frequentemente enfrentam uma dificuldade em alcançar um estilo de vida que favoreçam seu crescimento pessoal e profissional, um contexto social que marginaliza suas experiências e aspirações, a violência que cerceia a vida na comunidade e o crime pode ser entendido como uma manifestação de poder, no qual o poder é concebido como a capacidade de tomar decisões e a possibilidade de exercer a vida.

Por fim, a música "Eminência Parda", do rapper Emicida, transcende a simples classificação como canção, é um verdadeiro manifesto. A letra é uma afirmação de identidade, resistência e autoconhecimento, que ecoa a luta de muitos. Emicida, ao compartilhar suas experiências e reflexões, convida a audiência a questionar o mundo ao seu redor, promovendo um diálogo sobre a opressão, a luta por justiça e a busca por um futuro melhor.

"A missão é recuperar, cooperar e empoderar", parte da letra da música supracitada e subtítulo deste trabalho, demonstra, em minha perspectiva, o principal

objetivo do trabalho docente a ser realizado nas instituições de atendimento socioeducativo. Trabalho este que transcende a transmissão de conteúdo, tratando sobretudo de recuperar esses jovens que, em virtude de circunstâncias adversas, se encontram em situação de vulnerabilidade social e criminal.

Além disso, cooperar para a garantia dos direitos desses jovens, possibilitando que percebam na escola a perspectiva de uma vida cidadã digna, apesar dos desafios enfrentados.

E por último, empoderar, de modo que, ao deixarem as instituições socioeducativas, acreditem em sua capacidade de alcançar oportunidades que anteriormente lhes foram negadas.

Partindo desse princípio, o artigo teve como objetivo principal analisar concepções pedagógicas⁵ de profissionais da educação que atuam em escola-anexo⁶ no município de Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco com estudantes inseridos no sistema socioeducativo em relação ao papel do processo de escolarização na reintegração dos jovens em privação de liberdade.

Como objetivos específicos, buscou-se analisar os documentos que marcam uma reconceptualização de socioeducação no Brasil, sendo eles: o Estatuto da Criança e do Adolescente instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), investigar as concepções pedagógicas dos profissionais da educação que atuam com estudantes inseridos no sistema socioeducativo em uma escola-anexo do município de Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco e verificar como os professores sujeitos da pesquisa percebem o impacto de sua *práxis* docente no processo de reintegração social dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O surgimento da socioeducação

5 O conceito de concepção pedagógica abordado neste trabalho se refere à compreensão construída por cada docente acerca de todas as questões que permeiam a sala de aula: os sujeitos, a sociedade, os conteúdos, e a interação entre esses polos.

6 A escola-anexo é uma instituição educacional localizada nas dependências do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE), onde são assegurados os direitos à educação de jovens que se encontram sob medida socioeducativa de privação de liberdade, internação ou semiliberdade, conforme a determinação judicial.

É crucial compreender que o surgimento da socioeducação é um fenômeno relativamente recente e está em constante mudança, à medida que muda o conceito de criança, adolescente e de crime. No século XVIII, a ideia de contrato social proposta pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau influenciou diretamente a maneira que se pensava o crime. Segundo essa perspectiva, o criminoso é o cidadão que, possuindo livre arbítrio, opta por violar o contrato que o habilita a conviver em sociedade. Esse comportamento desviante demanda da burguesia, uma reação para eliminar essa ruptura na conduta social.

A resposta ao cometimento do crime é a aplicação de punição, que força o criminoso a pagar pelos seus atos na mesma medida em que convence os membros da sociedade de que este erro não deve ser cometido. (Cunha; Dazzani. 2018) Mais tarde, no século XIX, sob a ótica positivista, passou-se a compreender a subjetividade humana de forma mais próxima do conhecimento lógico e explicável. Nesse contexto, buscou-se entender o crime como um problema humano a ser corrigido. A atenção não se limitou mais à transgressão que requeria punição como forma de exemplo para a sociedade.

Em vez disso, concentrou-se no transgressor, reconhecendo a necessidade de assistência para superar suas ações equivocadas. No final do século XIX e início do século XX, o Brasil experimentou o período da Primeira República, também conhecida como República Velha. Além disso, durante o século XX, ocorreram o início e o término da Primeira Guerra Mundial. Os dois acontecimentos supracitados afetaram a dinâmica social dos brasileiros. A república velha tinha como objetivo tornar o Brasil um país moderno, mas em contraponto, uma das principais preocupações era a pobreza que afligia a nação, especialmente após o fim da escravidão. Este período pós-escravista deixou os ex-escravizados à margem da sociedade, sem os recursos necessários para uma integração equitativa na comunidade.

Assim, a educação oferecida na infância é cada vez mais vista como um fator determinante para a transformação da sociedade brasileira. Segundo De Oliveira Cunha e Dazzani (2018), a infância, por ser um período considerado maleável, é interpretada como a chave para a resolução dos problemas do país.

Neste período, a delinquência infantil emergiu como um tema global de discussão, evidenciado em eventos como o Congresso de Estocolmo (1878) e o Congresso Penitenciário Internacional de Londres (1872). A partir dessas

discussões, a educação gradualmente se estabeleceu como um mecanismo de controle e correção desses comportamentos desviantes. Além disso, seguindo a mesma linha de raciocínio, foram elaboradas as primeiras leis em benefício dos jovens que cometeram atos infracionais.

No Brasil, temos em 1828 a responsabilização estatal sobre a educação das crianças pobres e desamparadas; em 1830 o código penal estabelece a maioridade penal de 14 anos (podendo crianças com idades inferiores serem culpabilizadas se fosse considerado que a ação foi feita com discernimento). É possível perceber também que a criação de legislações que pensaram as condições desses menores em situação de crime era sempre submetida a instâncias de policiamento, fato que evidencia o caráter de vigilância dessas medidas, temos por exemplo a fundação da Escola Quinze de novembro, que deveria funcionar como um espaço de prevenção desses atos infracionais fundada pelo chefe de polícia do Distrito Federal, João Brasil Silvado. Tivemos a instituição da Escola de Menores Abandonados, também localizada no Distrito Federal, cuja supervisão estava vinculada à Casa de Detenção, em 1907, novamente por iniciativa de um chefe de polícia, cargo ocupado naquele momento por Alfredo Pinto Vieira de Melo.

Em 1927, foi promulgado o Decreto nº 17.943-A, em 12 de outubro, instituindo o Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos, que leva o nome do seu fundador, o primeiro Juiz de menores do Distrito Federal. Esta legislação representou um marco, sendo a primeira a integrar diversos dispositivos legais no contexto da assistência e proteção a crianças e adolescentes. O código Mello Mattos estabelece como público a ser atingido pela lei menores de 18 anos abandonados ou delinquentes.

Durante a Era Vargas, em 1941, surgiu o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Em 1964, foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM) como parte dos esforços para considerar no planejamento do País os “jovens infratores”. Posteriormente, em 1979, foi estabelecido o segundo Código de Menores, também conhecido como Código Alyrio Cavallieri, que também compartilhava da ideia de repreender o jovem infrator e dar assistência para que o mesmo supere a situação de crime na qual se insere.

Com isso, apesar das diversas mudanças legais e políticas no tratamento dos menores no Brasil, não se observa uma alteração significativa na ideologia subjacente a essas abordagens. De uma forma ou de outra, o jovem em conflito com

a lei ainda é visto como um problema a ser prontamente resolvido ou como uma mancha no tecido social que requer uma rápida higienização.

2.2 O ECA e seus impactos na socioeducação

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 que marca a educação e proteção integral da criança e do adolescente, o jovem em situação de crime fica amparado legalmente quanto aos seus direitos e deveres. O artigo 104 deste documento estabelece que os indivíduos com menos de dezoito anos são considerados penalmente inimputáveis e estão sujeitos às medidas previstas na legislação em questão.

A partir dessa disposição, o estatuto delinea as garantias processuais e os direitos individuais dos jovens, além de descrever as medidas que podem ser aplicadas aos menores que cometem atos infracionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa uma ruptura em relação ao antigo Código de Menores, que abordava apenas aspectos de assistência, proteção e vigilância a menores. Observa-se, logo na introdução do Código, a ausência de qualquer discussão sobre a socioeducação ou a pedagogia social, além da não distinção de criança e adolescente. É importante mencionar que o Código de Menores foi instituído durante o período da ditadura militar brasileira, estabelecendo restrições significativas quanto à participação de menores de dezoito anos em diversas atividades de lazer, incluindo espetáculos teatrais, cinematográficos, circenses, radiofônicos e televisivos ressaltando a perspectiva de vigilância e controle sobre a juventude.

2.3 Das medidas socioeducativas

Conforme delineado no Estatuto da Criança e do Adolescente são seis as medidas passíveis de aplicação ao jovem sendo elas: Advertência, que consiste na repreensão verbal e assinatura de termo de responsabilidade; obrigação de reparar o dano em caso de dano ao patrimônio, caso seja manifestada a possibilidade do cumprimento; Prestação de Serviços à Comunidade que consiste em uma atividade de interesse geral por um período máximo de seis meses de modo que não ultrapasse oito horas semanais, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou

governamentais; Liberdade Assistida, que tem como objetivo acompanhar e orientar adolescentes, designando um profissional capacitado para supervisionar o caso.

Essa medida deve durar pelo menos seis meses, podendo ser prorrogada ou alterada após consulta ao orientador, ao Ministério Público e ao defensor. O orientador é responsável por promover a inclusão social do adolescente e de sua família, supervisionar sua educação, facilitar a profissionalização e elaborar relatórios sobre o progresso; Regime de Semiliberdade este pode ser definido desde o início do processo ou servir como meio de transição da internação para o meio aberto, o jovem inserido nesse regime é possibilitado a realizar atividades externas a FUNASE; Internação, aplicada apenas a adolescentes que cometem atos infracionais graves. Sua duração máxima é de três anos, com reavaliações semestrais e liberação obrigatória aos 21 anos.

A internação deve ocorrer em entidades específicas, respeitando a separação por idade e gravidade da infração, e é obrigatória a oferta de atividades pedagógicas. Os adolescentes têm direitos garantidos, incluindo acesso a visitas, comunicação e atividades educativas. O Estado é responsável pela integridade física e mental dos internos; e por último, algumas medidas previstas no Estatuto da Criança e do adolescente além das supracitadas são: Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; Orientação, apoio e acompanhamento temporários; Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; Inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente; Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;—Acolhimento institucional; Inclusão em programa de acolhimento familiar; Colocação em família substituta.

2.4 O jovem socioeducando

Apesar da diversidade presente nas medidas socioeducativas previstas em lei, ainda é possível identificar a tutela e o controle dos tempos e corpos. A problemática da criminalidade na adolescência não é um problema pontual, é a soma de muitos outros fatores que escapam em outros sintomas sociais, dentre eles a questão dos adolescentes em conflito com a lei. Isso fica explícito no relatório da

FUNASE do ano de 2023 quando é possível observar que a predominância dos jovens inseridos no sistema socioeducativo é do sexo masculino, representando 97,4% desse contingente populacional.

A faixa etária predominante é de 16 a 18 anos, abrangendo 78% dos indivíduos. Além disso, a maior parte dos jovens se autodeclara preto ou pardo, correspondendo a 87,9% do total. Aproximadamente 91% desses jovens fazem uso de substâncias entorpecentes, sendo que os crimes mais cometidos são o tráfico de drogas e o roubo, com incidências de 26,6% e 26,4%, respectivamente. (FUNASE, 2023).

Na sociedade brasileira são os jovens do sexo masculino e sobretudo, negros, que lidam com as dores da cor da pele e as delícias do ser homem. A autora Conceição Evaristo traz em seu livro “Canção pra ninar gente grande” uma perspectiva importante do que é o homem negro na sociedade brasileira. Fio Jasmim, o personagem principal do livro, é sozinho, mas, não no sentido físico da palavra, ele se vê incompreendido e por isso, sozinho. Se identificar enquanto pessoa negra e a partir disso compreender as questões sociais enfrentadas é um desafio imenso, e esse processo reflete a dificuldade de um desenvolvimento consciente das próprias vivências e dos obstáculos que surgem devido à cor da pele. O homem negro enfrenta uma dicotomia: estar em uma posição de “poder” sobre as mulheres negras e “subservir” aos homens e mulheres brancas.

Essa relação contraditória que é característica do sistema patriarcal e racista que perpassa as relações sociais, na qual, apesar de o homem negro estar posicionado em uma estrutura de opressão, ele também exerce certos privilégios sobre as mulheres negras, mesmo que isso não o faça menos vítima das mesmas estruturas de desigualdade.

Silva (2021) propõe uma reflexão importante acerca da atuação docente no sistema socioeducativo, enfatizando que a proposta socioeducativa visa garantir a jovens e adolescentes em situação de privação de liberdade o acesso a bens essenciais para seu desenvolvimento psicossocial, como educação, saúde, lazer, formação profissional e moradia. No entanto, esses serviços fundamentais, que já eram anteriormente negados a esses adolescentes, revelam a contradição de um Estado que desconsidera as necessidades sociais dos jovens em áreas vulneráveis, limitando-se a "assegurar" seus direitos apenas mediante a sua manutenção em regime de encarceramento.

Nesse contexto, o trabalho de Silva (2021) destaca a observação da biblioteca da CASE de Abreu e Lima, onde se encontra uma seleção de exposições das obras de figuras importantes da literatura brasileira, como Monteiro Lobato, Clarisse Lispector, Cecília Meireles e Machado de Assis. O autor levanta questionamentos sobre a escolha dessas personalidades literárias e a importância de estabelecer um vínculo de pertencimento, conectando o que é estudado nesse ambiente com a realidade dos socioeducandos.

Dessa forma, o processo de ensino-aprendizagem deve ser permeado por um conhecimento crítico da realidade, mediando a transformação social em busca da emancipação dos sujeitos. Recorrer à literatura e à cultura brasileira é, de fato, uma estratégia valiosa para promover uma aprendizagem significativa. No entanto, se a seleção desses recursos não for realizada em conjunto com os alunos, privando-os do protagonismo necessário na construção de uma educação emancipatória e valorizando as experiências trazidas pelos jovens, essa abordagem não contribuirá de maneira efetiva para a execução de uma aprendizagem realmente significativa.

O modelo de sociedade - capitalista e neoliberal - vigente no Brasil se consolida a partir de muitas características próprias, dentre essas: a exclusão daqueles que Graciani (2014) denomina como massas sobranes da modernização, que são os mais vulneráveis socialmente, economicamente, culturalmente e/ou politicamente. Esse processo de exclusão é estruturalmente promovido pelo sistema capitalista, no qual os indivíduos marginalizados são frequentemente rotulados e estigmatizados. A autora Graciani (2014) analisa como essa exclusão se manifesta em diferentes esferas sociais. No âmbito pessoal, destaca a perda da autoestima, da identidade individual e o sentimento de *não pertença*. No campo econômico, a autora observa a distinção entre os indivíduos com base na posse de bens, apontando essa desigualdade como uma das principais causas da violência urbana. Já no aspecto político, embora todos os cidadãos tenham direito ao voto, existe uma manipulação política que direciona o voto da população de forma a favorecer os interesses da burguesia.

E por último, no âmbito cultural a cultura popular é inferiorizada em prol de uma cultura dominante. A análise proposta destaca um modelo de sociedade em que a desigualdade não é tratada apenas como um fenômeno não natural, mas como um elemento intrínseco ao planejamento social.

2.5 Pedagogia social

A pedagogia social surge a partir da compreensão de que a democracia só se concretiza com a efetiva cidadania e a inclusão social, sendo, portanto, uma reflexão crítica sobre os impactos negativos do sistema capitalista e neoliberal sobre as populações marginalizadas. Baseada nos conceitos e obras de Paulo Freire, essa abordagem entende a educação como meio de promoção da libertação e da transformação social.

A partir do exposto, entendo que a socioeducação deve ser fundamentada em uma abordagem pedagógica que acredite na capacidade de transformação dos jovens envolvidos nesse processo. Tal abordagem deve promover uma ação educativa que estimule a reflexão sobre a condição social e existencial desses indivíduos, levando em consideração suas potencialidades e limitações, e buscando evitar que essas características se convertam em fatores estigmatizantes na trajetória de vida desses jovens.

Diante dos dados apresentados, é possível perceber que as problemáticas enfrentadas na primeira república ainda são enfrentadas atualmente. Os jovens inseridos no sistema socioeducativo continuam sendo os mais vulneráveis economicamente e socialmente, e isso se dá porque as desigualdades sociais no Brasil não foram sanadas. O processo de *maquiamento* dessas desigualdades vêm se atualizando através das políticas públicas que são constantemente criadas e modificadas a partir de uma perspectiva de projeto governamental, que foge do que se considera fundamental para toda política pública: a continuidade.

É fundamental, enquanto pedagogos e importantes atores na vida desses jovens, entender o perfil do jovem socioeducando. Durante o estágio, frequentemente ouvimos comentários desanimadores de alguns profissionais da área. Um dos episódios que mais me impactou e entristeceu ocorreu em uma turma do 3º ano do ensino fundamental - anos iniciais em uma escola da rede municipal de Recife. A professora, ao observar um aluno que estava brincando, comentou: "Esse aí não vai dar *pra* o que preste, o pai já *tá* preso, ele vai seguir o mesmo caminho."

O objetivo da educação não pode ser reforçar os estigmas associados a esses jovens, mas sim entender suas origens, suas experiências e os desafios que enfrentam. E com base nessa compreensão, contribuir por meio do processo educativo, para a promoção de uma educação emancipatória. De forma a permitir

que os jovens se reconheçam como sujeitos plenos, dotados de direitos e deveres, e capacitados para exercer sua cidadania de maneira consciente e ativa.

Assim como Freire (1994) discute, acredito que a educação não é um ambiente neutro que caminha desalinhado com as discussões sociais e políticas. É através da consciência política e de classe que desenvolvemos uma ação educativa que se distancia dos ideais burgueses e busca valorizar a autonomia e o protagonismo estudantil.

3. METODOLOGIA

O referido estudo teve como objetivo investigar as concepções pedagógicas de professores do município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco que atuam em uma escola-anexo localizada em um Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) com os jovens em regime de internação.

Em consonância com a visão de Foucault (1986), a escolha se deu por métodos qualitativos que buscam captar a complexidade das práticas sociais que constituem a socioeducação, com ênfase na compreensão das práticas discursivas que constroem a realidade.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa aplicada foca na análise de problemas relacionados ao conhecimento científico ou sua aplicabilidade prática, o que justifica a natureza aplicada deste estudo, visando sua utilidade social. Gil (2002) define a pesquisa descritiva como aquela cujo objetivo principal é descrever as características de uma população ou fenômeno específico. Nesse sentido, este estudo também se configura como descritivo-analítico, pois busca caracterizar, descrever e analisar as concepções e práticas pedagógicas e seus efeitos sobre a vida dos adolescentes em conflito com a lei.

Para entender o caráter subjetivo e interpretativo dos aspectos que envolvem uma compreensão e fazer educativo é essencial analisar na interação social os contextos sociais, culturais e materiais que permeiam a realidade vivida pelos sujeitos da pesquisa (BECKER, 1994; MINAYO, 2006, 2010). A abordagem qualitativa permitirá explorar a construção social da realidade e obter uma visão abrangente sobre as diferentes posições relacionadas ao tema estudado.

A coleta de dados será realizada por meio de questionário com professores de uma escola-anexo regular da rede pública de ensino localizada no município de Vitória de Santo Antão que atende jovens em situação de privação de liberdade.

Serão utilizadas questões abertas, de múltipla escolha, opinativas e fechadas para obter um panorama abrangente e detalhado das opiniões dos participantes. O questionário será administrado por meio da plataforma *Google Forms*.

Além dos instrumentos de coleta de dados mencionados, a metodologia inclui a análise bibliográfica e documental acerca das legislações que regem a socioeducação e que garantem os direitos dos adolescentes para complementar a compreensão sobre o tema da educação e socioeducação a partir de uma perspectiva pedagógica. Essa abordagem permitirá integrar diferentes fontes de informação e oferecer uma análise mais robusta e fundamentada.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, representa um marco jurídico de extrema relevância no Brasil, concebido com o objetivo de assegurar a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes. Sua elaboração foi fortemente inspirada pela Constituição Federal de 1988, que consolidou um modelo de Estado democrático e garantidor de direitos fundamentais, bem como por tratados internacionais que promovem os direitos humanos e, de forma mais específica, os direitos da criança.

O princípio central que orienta o ECA é o da proteção integral, o qual reconhece que crianças e adolescentes são indivíduos em processo de desenvolvimento físico, psicológico e social. Por essa razão, requerem atenção e cuidado especiais para que possam exercer plenamente seus direitos e atingir seu potencial como cidadãos. Este princípio, em tese, rompe com a perspectiva meramente assistencialista, assegurando que esses indivíduos sejam tratados como sujeitos de direitos, com prioridade absoluta no âmbito das políticas públicas e na atuação dos diferentes atores sociais.

A partir da promulgação do Estatuto, são garantidos diversos direitos fundamentais que abarcam diferentes dimensões da vida das crianças e adolescentes. Entre eles, destacam-se o direito à educação, cultura e lazer, que promove a formação integral por meio do acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento cultural; o direito à convivência familiar e comunitária, que assegura o vínculo com um ambiente afetivo e saudável; e o direito à proteção contra violência, exploração e negligência, que visa resguardar as crianças e adolescentes de situações de risco ou vulnerabilidade.

Além de definir esses direitos, o ECA estabelece a distribuição de responsabilidades entre diferentes atores sociais: a família, que é o núcleo principal de proteção e educação; a sociedade, que deve colaborar na promoção e garantia dos direitos; e o Estado, que possui o dever de implementar políticas públicas eficazes para a proteção e promoção do bem-estar das crianças e adolescentes. Esse modelo de corresponsabilidade fortalece a ideia de que a proteção dos jovens não é apenas uma tarefa isolada de um setor, mas sim uma responsabilidade coletiva.

Enquanto isso, a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, surge como uma complementação ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o objetivo de regulamentar e organizar a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes em conflito com a lei. Considerando que as crianças são inimputáveis, a lei se destina ao público juvenil e tem como finalidade garantir a proteção integral dos adolescentes, promovendo sua ressocialização e responsabilização por atos infracionais. O sistema compreende que cada ente federado tem responsabilidades específicas quanto ao processo socioeducativo e que a rede de atendimento envolve não apenas as unidades socioeducativas, mas também, políticas públicas de educação, saúde, assistência social e cultura.

Embora as legislações que regulamentam o sistema socioeducativo apresentem um intuito humanitário e busquem garantir os direitos dos adolescentes em conflito com a lei, percebe-se que essa preocupação é, em grande medida, limitada ao contexto interno do próprio sistema. Ou seja, as ações e iniciativas voltadas à proteção de direitos são efetivadas, na maioria das vezes, apenas durante a aplicação das medidas socioeducativas. Entretanto, há uma evidente lacuna no compromisso dos entes federados em promover esses direitos de maneira ampla e contínua fora do ambiente socioeducativo, como no âmbito das comunidades e do cotidiano dos adolescentes.

Essa postura restritiva acaba por limitar o alcance das políticas públicas e perpetuar uma abordagem reativa, que prioriza intervenções apenas após a ocorrência de atos infracionais, em vez de adotar medidas preventivas e estruturais que assegurem o pleno desenvolvimento desses jovens antes de ingressarem no sistema. Assim, a ausência de políticas intersetoriais robustas que garantam acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, lazer e segurança, fora do contexto

socioeducativo, evidencia uma falha significativa no compromisso dos governos em assegurar a proteção integral prevista na legislação.

No processo de coleta de dados, realizado por meio de um questionário, foram obtidas respostas de nove profissionais atuantes no sistema socioeducativo. Dentre esses profissionais, um possui entre 27 e 35 anos de idade, quatro têm entre 36 e 45 anos, e outros quatro têm mais de 45 anos. Em relação ao gênero, três dos participantes são homens e seis são mulheres. No que se refere à formação acadêmica, três profissionais possuem graduação em Matemática, dois em História, um em Geografia, um em Biologia (que também possui graduação em Pedagogia), um em Educação Física e um em Português. Quanto ao ano de formação, um participante formou-se na década de 90, em 1996 para ser exata. Um em 2004, um em 2006, este realizando uma segunda graduação em 2021, um em 2009, um em 2010 e um em 2011. Um em 2015, um em 2016 e um em 2017.

Além disso, foi perguntado quanto à especialização, Das nove respostas obtidas, oito profissionais indicaram possuir especializações em áreas específicas. As especializações mencionadas foram: História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, Metodologia do Ensino da Geografia e da História, Ciências da Religião, Ensino em Ciências, Educação Inclusiva, Metodologias Educacionais, Geografia do Brasil, Educação Física, Saúde e Gestão, Leitura e Produção Textual e Ensino da Álgebra. Um profissional respondeu apenas "Sim", sem detalhar a área de especialização. Essas respostas evidenciam simultaneamente a diversidade de formações e interesses acadêmicos dos participantes e revelam uma falta de foco específico em sua área de atuação principal, o sistema socioeducativo.

Quanto ao tempo de atuação no CASE, três profissionais atuam entre 6 a 10 anos, e seis profissionais atuam entre 1 a 5 anos. Quanto ao ingresso na instituição, seis entraram por meio de seleção simplificada do governo do Estado e três foram convidados pelo gestor da escola. Na última questão do questionário, foi solicitado aos profissionais que descrevessem a sua rotina de trabalho, bem como os principais desafios enfrentados durante sua experiência profissional na CASE. Com o objetivo de preservar a riqueza de detalhes e a fidelidade das respostas, optou-se por apresentá-las neste trabalho exatamente como foram redigidas pelos respondentes.

Resposta 1: *Chego à unidade CASE trabalho os dois horários manhã e tarde, um dos desafios são meninos do ensino fundamental não alfabetizados.*

Resposta 2: *Tudo começa por planejar e executar ações pedagógicas dentro da escola que facilitem o ensino aprendizagem. São vários os desafios para quem lida com a educação para pessoas em privação de liberdade. A baixo auto estima dos estudantes, frustrados por situações externas; o déficit idade/série; o público heterogêneo e a grande rotatividade dos estudantes, são desafios permanentes que exige dos professores e da escola como um todo, planejamento e adaptação constante.*

Resposta 3: *Fazer com que os jovens veja na educação uma nova forma de viver..*

Resposta 4: *Sou professora das disciplinas da natureza e exatas no ensino médio. Atendemos os estudantes com o Projeto Travessia. Os principais desafios são: estudantes não alfabetizados, desmotivados e sem expectativas quanto à continuidade dos estudos.*

Resposta 5: *Saio de casa às 6:30 da manhã, volto às 17:30h, pego o transporte para a escola que fica na zona rural em Vitória de santo Antão. O caminho não é tão legal, mas eu só tenho a agradecer a essa oportunidade que eu estou tendo.*

Resposta 6: *A rotina é planejar e executar ações pedagógicas dentro da escola que facilitem o ensino aprendizagem. São vários os desafios para quem trabalha com educação em privação de liberdade. A grande rotatividade de estudantes; o déficit idade/série; a baixa autoestima de estudantes que muitas vezes vem de experiências frustradas fora do Case e chegam para cumprir restrição de liberdade; entre outros, são desafios permanentes. Para superar isso, é preciso que o professor seja dinâmico e se readapte a realidade encontrada envolvendo e motivando os estudantes.*

Resposta 7: *Aulas em sala de aula e na quadra poliesportiva do CASE. Os principais desafios são a falta de material para se trabalhar, e claro o alto risco diário que se tem.*

Resposta 8: *Material de didático e segurança*

Resposta 9: *Rotina integral; Dias atípicos Desafios: Manter os meninos na escola Planejar aulas dinâmica; Aulas expositivas. Um dos principais desafios é a falta de conhecimento dos alunos.*

As respostas coletadas evidenciam um sólido embasamento e uma compreensão consistente das problemáticas identificadas pelos profissionais. Por outro lado, outras respostas revelam uma limitada percepção da realidade enfrentada. Durante o processo de coleta, destacou-se como um dos principais problemas mencionados pelos professores a elevada quantidade de alunos não alfabetizados e a ausência de profissionais especializados em pedagogia no corpo docente. Essa situação evidencia os desafios enfrentados pelos docentes ao tentarem ministrar conteúdos de suas disciplinas a estudantes que já deveriam estar - ou estão - no ensino médio, e não possuem pleno domínio dos códigos de leitura e escrita. Outro aspecto relevante mencionado em uma das respostas é a baixa autoestima dos alunos.

Conforme destacado anteriormente, os jovens em cumprimento de medida socioeducativa pertencem a uma das parcelas mais vulneráveis da população brasileira. Nesse sentido, é fundamental reconhecer que também faz parte das atribuições docentes contribuir para a elevação da autoestima desses estudantes, promovendo um ambiente educativo mais inclusivo e motivador. Por fim, destaca-se a questão da segurança, mencionada em duas das respostas coletadas, nas quais os profissionais demonstraram um sentimento de insegurança em relação aos estudantes.

Embora esses professores não tenham acesso às informações sobre as infrações que levaram os jovens à situação de cumprimento de medida socioeducativa, o medo ao lidar com esse público ainda é recorrente. Essa situação convida à reflexão sobre a relação professor-aluno construída nas instituições de atendimento socioeducativo, evidenciando a necessidade de estratégias que fortaleçam a confiança e a interação entre ambos. A escola como foi no passado não conseguiu desenvolver um ensino significativo, o pensamento construtivista observa a relação de professor, aluno e conhecimento como uma novidade, uma reconstrução da sala de aula. tornando a educação mais próxima do educando e consequentemente mais valiosa para ele, entendendo-o como objeto central do processo de aprendizagem (MENOSSI, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou uma análise das limitações nos saberes docentes relacionados à socioeducação e ao processo educativo, evidenciando como essas lacunas impactam diretamente os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Esses jovens, por sua condição de maior vulnerabilidade, são os mais prejudicados pela ausência histórica do Estado e pelo despreparo daqueles que deveriam desempenhar papéis centrais no processo de sua reeducação.

Percebe-se que a negligência do Estado tanto com os profissionais inseridos nesse sistema quanto com os estudantes reforça dinâmicas de exclusão, perpetuando desigualdades que deveriam ser combatidas no âmbito da socioeducação. A ausência de uma formação consistente e contextualizada limita a capacidade dos docentes de compreender as especificidades das experiências e das necessidades desses jovens, resultando em práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade dos estudantes para promover mudanças efetivas em suas trajetórias de vida.

Nesse contexto, torna-se imperativo investir na qualificação dos profissionais que atuam no sistema socioeducativo, garantindo que eles disponham não apenas de conhecimentos teóricos, mas também de ferramentas práticas e sensibilidade para lidar com a complexidade desse público. Além disso, a presença do Estado deve ser fortalecida por meio de políticas públicas integradas, que considerem a educação como eixo central no processo de ressocialização, mas principalmente, na prevenção dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes.

Assim, é essencial promover uma reflexão ampla e estruturada sobre as práticas e as políticas de socioeducação no Brasil, priorizando a construção de um sistema mais justo, inclusivo e eficaz. Somente por meio de esforços conjuntos entre Estado, sociedade civil e instituições de ensino será possível superar os desafios atuais e assegurar que a socioeducação cumpra seu papel transformador, proporcionando aos jovens não apenas uma nova chance, mas também o suporte necessário para construir um futuro digno e autônomo.

6. REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 23 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm> Acesso em: 07 out. 2024.

DE OLIVEIRA CUNHA, Eliseu; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. O que é socioeducação? Uma proposta de delimitação conceitual. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, n. 17, p. 71-81, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Canção para ninar menino grande.** Pallas Editora, 2022.

FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FUNASE. **Relatório Anual 2023.** Acesso em: <<https://www.funase.pe.gov.br/planejamento>> em 30/04/2024

FUNASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco. **Projeto Político-Pedagógico.** Recife: FUNASE, 2018. Disponível em: <https://www.funase.pe.gov.br/images/legislacao/PROPOSTA_PEDAG%C3%93GICA_DA_FUNASE.pdf> Acesso em: 23 ago. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 76. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2007.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social.** Cortez Editora, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo. Atlas, 2009.

MENOSSEI, Luana Évelen Ussuna et al. Avaliação da aprendizagem escolar: para além da verificação de resultados. **Rev. Cient Multidiscip Núcl Conhecimento**, v. 4, n. 6, p. 16-29, 2019.

SILVA, Anderson Henrique Monte da. **Socioeducação: percepções e práticas de docentes e agentes socioeducativos.** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.